
LARES VICINAIS EM PORTO ALEGRE

AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA PARA CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS DE IDADE

2836
Euza Maria de Rezende Bonamigo
Da Faculdade de Educação da Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

A autora agradece a grande colaboração que a bolsista Ester Mota prestou ao presente estudo, especialmente no que se refere à coleta de dados. Agradece, ainda, às Assistentes Sociais da FEBEM, Clésis Niara Crochemore e Rosemary Foermger, pelas informações prestadas.

RESUMO

A presente pesquisa analisa o funcionamento dos Lares Vicinais da FEBEM, em Porto Alegre, baseando-se em informações fornecidas pelas Assistentes Sociais, pelas mães crecheiras e pelas mães de origem. Os dados possibilitam uma breve caracterização destes lares em alguns dos seus aspectos, destacando-se os cuidados que são dados às crianças pré-escolares. Fica evidente que a parte nutricional está sendo razoavelmente bem atendida, a saúde parece bem cuidada, enquanto que a estimulação deixa muito a desejar. São discutidos os resultados e feitas sugestões para a melhoria desses programas.

SUMMARY

This research study analyses how FEBEM Family Day Care (Lares Vicinais) work, based upon informations given by Social Workers, Foster Homes caretakers and by the children's mothers. The data collected make possible a characterization of these Homes in some of their aspects, emphasizing the care that is given to pre-school children. It is evident that nutrition is being reasonable taken care of, the same with health care, but as far as stimulation is concerned a lot of improvement is desirable. The results are discussed and some suggestions are given to improve these programs.

INTRODUÇÃO

Sabe-se, pela literatura pertinente, que os primeiros anos de vida são decisivos para o desenvolvimento da criança. Todavia, nos países em desenvolvimento, muitas têm sido as falhas no atendimento ao pré-escolar, especialmente as relacionadas com aspectos nutricionais, de higiene e saúde, bem como as falhas educacionais, por deficiência de estímulos psico-sociais, tanto em quantidade como em qualidade.

Cumprir esclarecer que as atenções que a criança de 0 a 6 anos merece não devem ser confundidas com escolarização, ou seja, é possível, e até desejável, oferecer à criança um ambiente em que ela seja bem cuidada, no que se refere à nutrição, saúde e educação e que não é a escola.

O atendimento dessas necessidades básicas da criança depende de muitos fatores e de grupos diversificados de pessoas. Aqui, porém, pretende-se salientar o papel da comunidade, analisado em vários trabalhos nacionais e internacionais e cujo sucesso em seus resultados, tem levado muitos educadores a acreditar que a participação comunitária seja uma alternativa viável para a solução de parte dos problemas da educação pré-escolar. Alguns desses trabalhos serão descritos a seguir.

Em países latinoamericanos, muitas têm sido as experiências comunitárias, destacando-se em especial, as "Escolas de Banco" e os "Lares de Cuidados Diários", na Colômbia. As primeiras datam de 1800 e recebem tal nome porque as crianças de 4 a 10 anos precisam levar um banco para a casa onde são ensinadas por mãe voluntária, de baixa escolaridade, mas que recebe orientação para esse trabalho. Já nos "Lares de Cuidados Diários", as vizinhas cuidam de 10 crianças de 2 a 4 anos, em troca de uma contribuição de cerca de 15 dólares por criança por mês, dada pelos dirigentes do programa, além de uma pequena parcela em dinheiro paga pelas próprias mães. Recebem treinamento e contam, ainda, com a ajuda de uma animadora, bem como de jovens e outros adultos da vizinhança que ajudam a brincar com as crianças (Gomez e outros, 1979).

Outros projetos são executados na Colômbia, contando-se com a participação da comunidade que é orientada, através de meios de comunicação e de um trabalho inter-pessoal e grupal, para atender à criança nas áreas de nutrição, saúde e estimulação. Há sempre a preocupação com os conhecimentos e comportamentos das mães e com o desenvolvimento físico e mental da criança (Toro e outros, 1977).

No Chile, há o "Projeto Pais e Filhos", desenvolvido na zona rural, no qual o professor se reúne com um grupo de famílias para discutir com elas noções relativas ao desenvolvimento da criança e para elaborar materiais educativos (Whelan e outros, 1977). Além deste, aquele país conta com outros programas destinados ao pré-escolar que capacitam adolescentes de 15 a 20 anos como líderes de programas comunitários, ao mesmo tempo em que alguns pais treinados informam aos outros sobre as características de desenvolvimento da criança (Pemjean e outros, 1973; Montenegro e outros, 1977).

Algumas atividades podem também ser destacadas

no Brasil. Dentre elas, têm-se por exemplo, a experiência do PROAPE, (Programa de Atendimento ao Pré-Escolar), que consiste basicamente no envolvimento de mães de baixa escolaridade em programas de atendimento não-formal de pré-escolares, desempenhando papéis de monitoria, juntamente a professoras, em turmas de 100 crianças cada (Didonet, 1981). As crianças ocupam espaços ociosos da escola e lá permanecem de 2 a 4 horas por dia recebendo cuidados alimentares, de higiene e recreação.

A Prefeitura Municipal de Aracaju (1981) relata um trabalho cuja participação comunitária é bem destacada, valendo-se de prédios ociosos e especialmente de vagões de trens fora de uso como ambiente onde as crianças são atendidas, com um propósito educacional.

No Distrito Federal (1980/83), há uma experiência de participação comunitária feita através de alunos de 1º e 2º graus e mães de alunos os quais, na condição de monitores, ajudam as professoras no atendimento de turmas com até 90 pré-escolares. Outra experiência é relatada por Boianowsky (1981) que se refere ao trabalho de visitadoras familiares que têm como objetivo acompanhar o crescimento das crianças e orientar as crecheiras em seu trabalho.

São muito conhecidas no Brasil as Classes de Educação e Alimentação do Pré-Escolar (CEAPE) que visam a reforçar a alimentação da criança, ao mesmo tempo em que desenvolvem um programa educacional que conta com a participação de mães (MEC/SE, 1981).

Outra forma de atendimento à criança é através do PAEPE (Programa de Ampliação da Educação Pré-Escolar), realizado no estado do Rio de Janeiro (BRASIL, MEC, 1981), e que busca proporcionar alimentação, assistência médico-sanitária e estimulação à criança, valendo-se da participação da família e da comunidade.

O Projeto CASULO, desenvolvido pela LBA, visa a assistência ao pré-escolar carente, nos aspectos nutricional, recreacional, de segurança e de formação e conta, basicamente, com a participação da família nessa atividade (MEC, 1978).

O PLANEDI, desenvolvido pelo município de São Paulo, atendeu 70.000 crianças em 1977. Na época, estava estruturado em classes de 120 crianças, com uma professora e 4 a 6 mães que se prontificavam principalmente a colaborar com a recreação (MEC, 1978). Atualmente funciona como classes regulares de pré anexas a escolas de 1º grau.

O PRÓ-CRIANÇA, em Santa Catarina, mais do que um programa de atendimento às áreas de alimentação, saúde e estimulação infantil, que atua tanto na zona urbana quanto na rural, faz parte de uma "decisão política para a infância", adotada pelo Governo do Estado com o máximo de participação comunitária (Santa Catarina. Governo. Pró-Criança, 1983).

Um resumo das experiências de atendimento ao pré-escolar (BRASIL, MEC, 1981) mostra a existência de inúmeros programas organizados nas diferentes regiões, com denominações diversificadas mas, em princípio, todos voltados para um fim comum. Neste sentido podem ser citados o "Programa de Desenvolvimento Comunitário", em Minas Gerais; o "Projeto CAIPE", no Ceará; as "Maloquinhas", em Roraima, os "Chapéus

de Palha", em Rondônia; o "PREARVE", em Belém do Pará.

O documento do MPAS (Brasil/MPAS, 1983), descreve várias modalidades de atendimento a crianças carentes, dentre as quais se destaca o relativo às Creches Domiciliares¹ que, geralmente, são organizadas em comunidades de baixo poder aquisitivo, com vistas a atender às crianças das mães que trabalham fora². A creche domiciliar é uma forma diurna de proteção à criança de 0 a 6 anos, em que a crecheira, geralmente uma vizinha, executa um trabalho a partir de um acordo que envolve não só um pagamento como ainda a definição de como serão os cuidados com a criança. Tais iniciativas particulares existem há muito tempo, tendo, nos últimos anos, sido aproveitadas e legalizadas por órgãos governamentais ou entidades assistenciais, com a finalidade de ampliá-las e aperfeiçoá-las, contando para isto com a orientação de técnicos.

O referido documento apresenta entre os objetivos da creche domiciliar o de "fornecer à criança alimentação, cuidados de saúde e atendimento psico-pedagógico" (p. 22).

O que se pode perceber claramente é que, em princípio todos os programas existentes no país, destinados ao pré-escolar carente visam ao atendimento nutricional, alguns se preocupam também com as condições de higiene e saúde e muitos deles se referem ao aspecto psico-pedagógico.

Na verdade, estes três aspectos são indissociáveis, uma vez que a saúde depende da nutrição e que para se desenvolver adequadamente, o cérebro precisa tanto de alimentos como de estímulos psico-sociais. Entretanto, se é fácil perceber e valorizar o papel do atendimento nutricional e sanitário, o papel da estimulação não tem sido bem compreendido, nem valorizado. Nota-se ainda que existe uma consciência de que se deve aliar o atendimento nutricional da criança a um programa psico-pedagógico, ou seja, de estimulação. Porém, não se tem enfatizado suficientemente que isto precisa ocorrer desde os primeiros meses de vida e que a estimulação é tão (ou mais) importante para o cérebro quanto a alimentação o é para o corpo.

O que se propõe aqui é que não se desvinculassem essas três áreas e que qualquer programa de atendimento à criança pré-escolar enfatizasse igualmente cada um desses três aspectos. O suporte teórico para isto está bem estabelecido em Chaves (1974) quando afirma "que a desnutrição é realmente um problema de saúde pública. . ." (p. 19) e que "a luta contra o analfabetismo, um dos mais sérios entraves ao desenvolvimento, implica num amparo ao sistema nervoso, e particularmente ao encéfalo, procurando desenvolvê-lo através de uma nutrição adequada e de estímulos sensoriais e intelectuais" (p. 18).

Sabe-se que a criança que recebe um bom atendimento na fase pré-escolar desenvolve-se melhor em quase todos os aspectos e obtém sucesso escolar. Estudos nacionais evidenciam a influência positiva da pré-escola sobre o rendimento da criança na 1ª série e em séries posteriores; entre eles podem ser citados o de Rotta (1975) e o de Bonamigo (1980). Todavia, aqui não se tem em vista propriamente a escolarização da criança

antes dos 6 anos. O que se pretende enfatizar é a importância do atendimento na idade pré-escolar, relevante em si mesmo, pelo que representa para o desenvolvimento integral da criança nos anos iniciais, que são decisivos para a sua formação. Se a escola é um caminho para se atingir este fim, muitas outras alternativas estão e podem ser adotadas numa linha não-formal as quais visam a educação integral da criança, no seio da comunidade.

A estimulação na faixa de 0 a 6 anos tem sido realizada quase que exclusivamente com portadores de deficiências, mas ela é perfeitamente indicada para todas as crianças, principalmente as de meio sócio-econômico desfavorecido e com a participação da comunidade. Este assunto tem sido objeto de investigações, principalmente nos Estados Unidos e na América Latina, destacando-se aqui os estudos de Bralic & Lira (1977) Haussler (1977) e Marinho (1978).

Pode-se dizer que já há um volume considerável de estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento infantil e algumas especificamente sobre o valor da estimulação. Falta porém, traduzir estas informações em linguagem acessível às famílias de classe baixa e difundí-las com insistência nesse meio.

Com base no que existe na literatura, acredita-se que seja viável contar com a comunidade na educação de pré-escolares. Nem sempre, porém, essas pessoas apresentam-se em condições de efetuar um bom trabalho, razão pela qual tem-se que se preocupar em conhecer suas possibilidades e em como prepará-los para melhor atuarem em programas destinados ao pré-escolar.

Além disso, torna-se necessário investigar os efeitos desses programas, sobre o desenvolvimento integral da criança e sobre o desenvolvimento da comunidade, procedendo-se a avaliações criteriosamente conduzidas. A partir de uma apreciação crítica dos programas em andamento, é que se poderia definir uma reestruturação do que existe ou alguma generalização dessas experiências. Do contrário, as ações que se realizam, relativas ao atendimento do pré-escolar carente, correm o risco de se tornarem puramente assistenciais.

Nesta perspectiva e considerando que o atendimento à criança está baseado no tripé nutrição — saúde — educação, organizou-se o presente trabalho com o objetivo de verificar o que está sendo feito nos Lares Vicinais, em Porto Alegre, nesse sentido.

Especificamente, pretendia-se descrever o funcionamento dos Lares Vicinais da FEBEM, detalhando as condições materiais e educacionais das mães envolvidas neste programa, seus problemas, aspirações e necessidades, as tarefas que desempenham e o tipo de atendimento que dão às crianças.

A presente pesquisa deveria fornecer subsídios para outros trabalhos com essa clientela, como por

¹ As creches domiciliares existem em várias regiões, com denominações diferentes. No Rio Grande do Sul chamam-se Lares Vicinais.

² Todavia, a grande maioria das mães de classe baixa e não só as que trabalham fora, não apresentam condições de oferecer um atendimento adequado à criança, mesmo que possam ficar junto dela o dia inteiro.

exemplo, a melhoria do nível de qualificação das "mães crecheiras", bem como deveria desencadear numerosos outros estudos, principalmente os relacionados à avaliação dos múltiplos efeitos do atendimento ao pré-escolar.

MÉTODO

Amostra

Tendo em vista os propósitos deste estudo, foram considerados três grupos de participantes: crecheiras³, mães de origem e Assistentes Sociais da FEBEM. Tal decisão foi tomada com vistas a se obter dados de diferentes pessoas sobre o mesmo fenômeno, mas com percepções variadas, como um meio de ser mais fiel à realidade.

Assim, foram sujeitos da presente pesquisa: a) 34 crecheiras, selecionadas a partir de uma lista de endereços dos Lares Vicinais, fornecida pela FEBEM de Porto Alegre, tendo-se por critério básico a localização dos lares em dois bairros da periferia. Além disto, deu-se prioridade aos lares que tivessem o maior número de crianças com idade inferior a três anos⁴; b) 25 mães de origem selecionadas entre aquelas cujos filhos eram cuidados pelas crecheiras que faziam parte do estudo. Esta escolha teve como critério a facilidade de acesso à casa, bem como a disponibilidade da mãe para participar da pesquisa, não sendo, portanto, aleatória; c) duas Assistentes Sociais que eram responsáveis pelos Lares Vicinais da FEBEM, nos bairros da periferia onde se realizou a pesquisa.

Material e Procedimento

As crecheiras foram entrevistadas em seus respectivos lares, tendo como referência um roteiro (Anexo 1) organizado especialmente para a presente pesquisa, e previamente testado para ver sua adequação à clientela,

no que se refere à linguagem, bem como a pertinência das questões aos propósitos do estudo.

A entrevistadora era aluna do Curso de Pedagogia, devidamente treinada para essa função. As entrevistas foram feitas no horário de atendimento às crianças e duraram, em média, 40 minutos. Além das questões expressas no instrumento, a entrevistadora fazia breves observações do ambiente e registrava dados adicionais, sempre que pertinentes.

As mães de origem foram entrevistadas pela mesma entrevistadora, tendo como base um breve roteiro (Anexo 2) igualmente organizado para a presente pesquisa e previamente testado. As mães de origem eram procuradas em seus respectivos lares, no fim da tarde ou em fins de semana, quando não tinham compromisso de trabalho fora.

As informações fornecidas pelas Assistentes Sociais da FEBEM versavam sobre o atendimento, em geral, nos Lares Vicinais de Porto Alegre e foram obtidas predominantemente antes do início das entrevistas com as crecheiras e mães de origem, e serviram como subsídio para este trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nas informações prestadas pelas Assistentes Sociais e no que está descrito no documento do MPAS (Brasil/MPAS, 1983), organizou-se o Quadro I, o qual mostra, comparativamente, como estão organizadas as Creches Domiciliares da FEBEM em Porto Alegre.

³ Nos Lares Vicinais da FEBEM, em Porto Alegre, a crecheira é chamada de mãe auxiliar.

⁴ Esta preferência deveu-se ao fato de que se pretendia aplicar um teste de desenvolvimento às crianças, o qual abrange a faixa de 0 a 30 meses.

QUADRO I – ATENDIMENTO EM CRECHE DOMICILIAR

PROPOSTA MPAS	FEBEM – RS
1) SELEÇÃO DAS CRIANÇAS	
<ul style="list-style-type: none"> as crianças devem ser provenientes de famílias que tenham uma renda mensal de até dois salários mínimos regionais; ter a família maior número de filhos em idade pré-escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> os pais devem trabalhar comprovadamente (apresentar carteira assinada ou atestado), ex.: quando a mãe trabalha em faxina em várias casas, tem que apresentar atestado de cada uma delas; as crianças não podem ter doenças mentais ou contagiosas; devem, preferencialmente, morar na área.
2) EXCLUSÃO DA CRIANÇA	
	<ul style="list-style-type: none"> quando completa 7 anos de idade;

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

- se a criança faltar três ou mais dias sem avisar;
- se a mãe de origem não pagar a taxa à FEBEM sem explicar o motivo. Esta taxa reverte para o pagamento do INPS a favor da mãe auxiliar.

3) SELEÇÃO DA GUARDADEIRA

- de preferência indicada pelas mães de origem;
- ter uma casa com condições de receber até seis crianças, incluindo os próprios filhos que tenham menos de seis anos de idade;
- ser alfabetizada;
- participar de todas as reuniões e programações;
- não ter na família caso de doença contagiosa ou alcoolismo;
- feita pela Assistente Social;
- o tamanho da casa não influi, mas deve ter pátio. É feita uma visita onde se observa a higiene, se não há nenhum problema psico-social e emocional. Não há nenhum critério rigoroso quanto ao número de filhos com menos de seis anos de idade da mãe auxiliar. Geralmente se evita abrir um lar onde já há muitas crianças pré-escolares, mas isto depende da Assistente Social;
- não há informação precisa;
- idem à proposta;
- idem à proposta;
- idade: mínima de 21 anos e máxima de 55.
- NOTA: a FEBEM realiza duas entrevistas com a futura mãe auxiliar para verificar se ela realmente gosta de crianças e está disposta a trabalhar. Leva-se muito em consideração a motivação da mãe para o trabalho mesmo sabendo que sempre há a necessidade de dinheiro.

4) ATRIBUIÇÕES DA FAMÍLIA

- dar a primeira refeição à criança;
- levar e buscar a criança;
- levar roupas suficientes para as devidas trocas e processar lavagem das mesmas;
- cuidar da higiene da criança;
- estabelecer com a mãe auxiliar e o técnico responsável o pagamento a ser feito à mãe auxiliar pelo serviço que recebe;
- participar das reuniões mensais e programação;
- levar as crianças à unidade de saúde sempre que necessário;
- manter estreito contato com os técnicos para receber orientação sócio-educativa necessária;
- idem à proposta;
- idem à proposta;
- idem à proposta;
- idem à proposta;
- cabe à mãe de origem pagar à FEBEM uma quantia mensal e per capita que é definida pela Assistente Social em função do salário da família da criança. Em alguns casos, é feito um trato entre a mãe de origem e a auxiliar em que a primeira, ou leva frutas e verduras para todas as crianças do lar num dia da semana ou paga uma quantia estipulada entre elas.
- idem à proposta;
- só em casos onde a criança fica doente no lar da mãe auxiliar é que esta se encarrega de levá-la ao médico;
- não há informação precisa.

PROPOSTA MPAS

FEBEM - RS

5) ORIENTAÇÃO À GUARDADEIRA

- É realizado um treinamento em três etapas diferentes:
 - na época da seleção, são dadas palestras com ensinamentos práticos nas várias áreas de saúde, nutrição, educação e social. Estas palestras são ministradas pelos técnicos responsáveis.
- a orientação às mães auxiliares é feita pela Assistente Social e uma nutricionista, num trabalho conjunto referente às áreas de saúde, higiene, nutrição e cuidados em geral com a criança;
- são feitas visitas quinzenais aos lares de acordo com as necessidades das mães auxiliares;

(Continua na página seguinte)

- 2ª) treinamento em serviço, quando os monitores visitam a mãe auxiliar devem enfatizar o que foi feito e falado nas reuniões.
- 3ª) reciclagem a cada seis meses. Será necessário criar condições para que as guardadeiras recebam um 'hovo pacote de informações' avaliando-se o que já foi aprendido e o que falta aprender.

- de acordo com o local, as reuniões das mães auxiliares com a Assistente Social e Nutricionista se dá de mês em mês ou de dois em dois meses;
- as reuniões com as mães de origem são feitas no próprio lar da mãe auxiliar. Isto ocorre para que haja uma maior autonomia no trabalho da mãe auxiliar.
- são feitas duas reuniões semestrais com as mães de origem, mães auxiliares, Assistente Social e Nutricionista.

6) CONTRIBUIÇÃO À GUARDADEIRA

- cabe ao órgão executor do programa, a título de subsídio à criança pagar uma quantia mensal e per capita à mãe de origem. Esta quantia deve ser acrescida da quantia equivalente à Previdência Social. (A mãe de origem paga à mãe auxiliar).
- deve-se garantir que a mãe auxiliar receba os alimentos em quantidade suficiente para todas as crianças, o que pode se dar por três possíveis fontes: (a) compras da própria guardadeira; (b) através do per capita recebido da mãe de origem; (c) cesta de alimento providenciado pelo próprio programa.
- as férias podem ser providenciadas pelas seguintes maneiras: (1) transferir as crianças de mãe auxiliar que vai sair de férias para uma outra mãe auxiliar que, preferivelmente, resida na mesma área; (2) férias coletivas: mães auxiliares e mães de origem na mesma época.

- a FEBEM paga diretamente à mãe auxiliar uma quantia per capita mensal de Cr\$ 5.600,00¹. Depois de três meses de serviço, se a mãe auxiliar desempenha bem a função e quiser continuar trabalhando fica inscrita como autônoma junto ao INPS.
- como subsídio à alimentação das crianças, a mãe auxiliar recebe um pequeno rancho mensal e per capita que inclui: 1 kg de arroz; 1 kg de farinha de mandioca; 1 kg de feijão; 1 kg de farinha de milho; 1 kg de açúcar e 2 kg de leite em pó. Este rancho é fornecido pela INAN, sendo que o leite é dado pela LBA.
- quanto a férias não há nada oficial porque a atividade é voluntária, não há vínculo empregatício. Faz-se um acerto, enquanto uma mãe auxiliar descansa, uma outra cuida das crianças dela, conforme a proposta.

7) VANTAGENS OFERECIDAS À GUARDADEIRA

- "a residência onde a criança será acolhida deve ter as condições mínimas de higiene, espaço e conforto para que a criança se desenvolva normalmente. Será conveniente oferecer à guardadeira uma melhoria física do ambiente, seja com a pintura do barraco ou o aumento de um cômodo ou doação de mobiliário mais adequado, etc." (p. 27)

- estas vantagens são oferecidas somente quando sobra alguma verba e se destina a melhorar as condições de trabalho da mãe auxiliar a fim de favorecer as crianças. Leva em conta não só a necessidade da mãe auxiliar mas o seu desempenho.

8) VANTAGENS OFERECIDAS À CRIANÇA

- o programa deve firmar acordo com a unidade básica de saúde para encaminhamento e pronto atendimento das crianças.

- as crianças e seus irmãos recebem uma carteirinha que lhes permite serem atendidos pelo INAMPS ou Postos da Secretaria de Saúde.

¹ Dado obtido no 2º semestre de 1983.

Através do Quadro I pode-se verificar que há poucas diferenças entre o que é proposto pelo MPAS (Brasil/MPAS, 1983) e o funcionamento dos Lares Vicinais em Porto Alegre. Isto era de se esperar já que o referido documento foi organizado a partir de levantamento feito sobre as diversas modalidades de atendimento às crianças carentes de 0 a 6 anos, adotadas no país, inclusive a gaúcha.

Alguns aspectos que não se assemelham à proposta parecem justificáveis e bons, já que procuram respeitar as características regionais do programa, como por exemplo, a seleção das crecheiras e a forma de remuneração das mesmas pela FEBEM. Outros pontos são desfavoráveis, entre eles pode ser citado o subsídio à alimentação que seria parcialmente da competência da mãe de origem, o que nem sempre é assumido por elas.

Em relação aos dados obtidos através das entrevistas,

verificou-se que o tempo de experiência dessas mães na função de crecheira varia de 1 a 201 meses, sendo em média de 40 meses, ou seja, pouco mais de 3 anos. Os motivos que as levaram a fazer esse tipo de trabalho são, principalmente, gostar de crianças (53%), a compatibilidade com o serviço de casa (50%), a necessidade de fazer alguma coisa (38%), o desejo de ajudar (35%), a necessidade financeira (9%) e outros (21%).

As crecheiras têm atendido crianças desde 2 até 72 meses, sendo a média nesta amostra, de 20 meses. Essas crianças estão nesses lares um tempo que varia de 1 a 36 meses, com a média em torno de 1 ano. Quase sempre essas crianças têm irmãos e se forem menores de 7 anos ficam todos no mesmo lar, quando necessário. São filhos geralmente de mãe-solteira ou de pais separados, que trabalham em profissões mais baixas na escala

social e as mães quase sempre são domésticas ou faxineiras.

A grande maioria das crecheiras (76%) informa que as crianças se acostumam logo nos lares, embora algumas estranhem, levando de 1 semana a 3 meses para se acostumarem. O que referem com certo orgulho é que, em geral, as crianças não querem ir embora do lar vicinal. As crianças, principalmente as maiores, chamam a crecheira de tia (60%), de mãe (20%) ou de vó (11%). As demais crecheiras (9%) não responderam a esta questão.

Durante sua estada no lar vicinal as crianças geralmente têm horários apenas para as refeições e a cesta. O resto do tempo brincam ou vêem TV.

É interessante destacar inicialmente o tempo de experiência das crecheiras nesta função. Verifica-se que há algumas que vêm se dedicando a esse trabalho há muito tempo, sendo a média de três anos. Já que a tarefa não é tão compensadora economicamente, é possível que haja outras explicações para a persistência dessas mães. Como elas mesmas respondem, a grande maioria (85%) recomendaria este trabalho para outras mães e lembram a necessidade de se estar consciente, saber cuidar de crianças e ter muita paciência e amor. É curioso que apenas 9% delas, ao justificar porque fazem esse trabalho, se referem claramente à necessidade financeira, quando se sabe que a FEBEM pagava em 1983 a quantia de Cr\$ 5.600,00 per capita, enquanto que outras mães, nos mesmos bairros, trabalhando particularmente na guarda de crianças cobram de Cr\$ 10.000,00 a Cr\$ 20.000,00 mensais. Já em outro momento, quando consultadas sobre o que estaria faltando para que seu trabalho fosse melhor, a metade da amostra colocou em primeiro lugar "dinheiro", pois que seu salário é muito baixo e às vezes vem com atraso.

As crecheiras, geralmente têm de 1 a 10 filhos próprios ou adotivos, sendo a média de 4 filhos, cuja idade varia de 0 a 35 anos, sendo 13 anos a média. Em geral, seus filhos estudam (41%), trabalham fora (15%) ou são casados e muitos deles ajudam em casa (50%). Na maior parte dos casos, todos na família sabem ler e escrever (65%) ou alguém da família sabe ler e escrever (35%). Quanto à casa, verificou-se que em sua maioria elas são pequenas ou médias, adotando-se como critério não só o número mas também o tamanho das peças. A maior parte delas é construída com madeira e tem pátio.

Varia de 5 a 17 o número de crianças que estas mães atendem, sendo em média 10 crianças em cada lar⁵. As crianças chegam entre 6 horas e 8 horas e 30 minutos e saem entre 17 horas e 18 horas e 30 minutos.

Chama a atenção o número de crianças atendidas por lar, cuja média de 10 é bastante alta, principalmente quando se leva em conta que as crecheiras não moram em casas grandes e nem bem equipadas, apesar de que a maioria tem pátio. Todavia, considerando o clima da cidade, as crianças são obrigadas a permanecer grande parte do tempo dentro de casa, por razões de chuva ou de muito frio. A proposta do MPAS (Brasil/MPAS, 1983) é clara em estabelecer o limite de 6 crianças, incluindo-se aí os próprios filhos da crecheira, menores de 7 anos. Esta média tão alta poderia ser explicada

pela falta de outras creches domiciliares, ou pelo desejo de melhorar a renda familiar, aumentando o número de crianças, ainda mais que é incerta a permanência de todas elas num mesmo lar. A verdadeira razão não fica clara nas entrevistas mas parece ser do conhecimento da FEBEM que a aceita tranquilamente, apesar dos prejuízos que possa acarretar às crianças atendidas.

O trabalho executado por essas mães é aquele de rotina nos lares comuns. São oferecidas as refeições básicas, almoço, lanche matinal e vespertino e em certos casos até o café da manhã, além da mamadeira de três em três horas para os bebês. Segundo informações das crecheiras, as crianças comem comida salgada variada (79%), frutas (41%), verduras e legumes (32%), pão, bolo, bolachas (29%), leite, mingau e café (26%) e doces (11%).

Para isto cada lar recebe da FEBEM um rancho mensal⁶, por criança atendida, que consiste de 1 kg de arroz, 1 kg de feijão, 1 kg de farinha de trigo, 1 kg de farinha de milho (fubá), 1 kg de açúcar, 2 kg de leite em pó e 1 kg de farinha de mandioca.

Segundo as informantes nem sempre são fornecidos todos esses produtos e nem todos eles são de boa qualidade, sendo que alguns, como a farinha de milho e de mandioca acabam não sendo usados em muitos lares, por não saberem utilizá-los e o arroz é de péssima qualidade. Aham este rancho insuficiente (94%), além de que precisam comprar verduras, frutas, carne, azeite, pão, bolacha e gás para complementar as necessidades de uma alimentação razoável.

Conforme o estabelecido, algumas mães de origem contribuem com pequena parcela semanal (de Cr\$ 100,00 a 200,00) para complementar o rancho, ou levam frutas, verduras e carne, mas muitas não cumprem nem isto, em geral por falta de condições econômicas. Ocorrem casos em que a mãe afasta seu filho do lar por não poder pagar esta taxa.

A FEBEM fornece um cardápio e através da Nutricionista ou da Assistente Social, dá orientação quanto ao preparo dos alimentos, porém algumas crecheiras acham que nem sempre é viável aquilo que recomendam fazer.

Segundo as informantes, há uma distância entre o rancho oferecido pela FEBEM e as necessidades reais em cada lar, devendo a crecheira sempre ter que completá-lo o que, portanto, anularia qualquer possibilidade de renda com o que é pago por criança. Lembre-se aqui que as crecheiras informaram que as crianças costumam comer frutas, verduras, pão, bolo, bolachas, leite, mingau e doces, além da comida salgada e que as mães de origem, na maior parte dos casos, não cumprem o estabelecido neste sentido. Como é possível as crecheiras manterem esta alimentação, não se sabe. No que diz respeito ao rancho, as queixas são muito freqüentes, tanto no que se refere à quantidade e qualidade dos produtos como pela sua pequena variedade. Todavia, parece que tais observações não são comunicadas à FEBEM, havendo

⁵ Há no estado 4.415 crianças atendidas em 416 Lares Vicinais.

⁶ Rancho é a designação regional para o cesto de alimentos básicos.

um certo conformismo, talvez até pelo medo de perdêr essa ajuda. O mesmo ocorre quanto à orientação que recebem da Nutricionista ou da Assistente Social, que apesar de acharem inviável, às vezes, nada é dito a elas.

Quanto à higiene, as crianças maiores se cuidam sozinhas e muitas vezes ajudam as menores. No caso de fraldas, a crecheira troca e as mães de origem se encarregam de lavar, mas nem sempre mandam quantidade suficiente.

No caso de doença, a criança não deve ir para o lar vicinal e a mãe de origem é quem deve levá-la ao médico. Se, porém, a criança adoecer no lar e tem que ser imediatamente medicada, a crecheira toma as providências.

Das informantes, 21% declararam não ter crianças com problemas. As demais recebem crianças com problemas que pelas descrições feitas, puderam ser assim classificadas: a) doenças físicas (desnutrição, problemas neurológicos, deficiência física) 50%; b) problemas da linguagem (47%); c) problemas emocionais (18%). É comum que a mesma criança apresente mais de um problema. Segundo elas, em 35% dos casos a crecheira tomou alguma providência, ou tentou ela mesma corrigir, em 21% a mãe de origem encaminhou a criança para tratamento e em 12% dos casos nada foi feito. As demais não responderam a esta questão.

O que se pode depreender das entrevistas é que o atendimento nutricional é prioritário, se bem que ainda é falho. Já a saúde física da criança parece estar recebendo, na maioria das vezes, as atenções necessárias, principalmente pelo convênio com os Postos da Secretaria de Saúde e INAMPS.

Além dos cuidados alimentares, as crecheiras se ocupam com o dia-a-dia das crianças, as quais geralmente dispõem de pequenas peças da casa (44%) ou de toda a casa (35%) e de pátio ou uma área coberta para brincarem (53%). Das informantes, 94% têm TV e geralmente as crianças assistem aos programas (85%). Em 47% dos casos, as mães assistem aos programas junto com as crianças e 32% informaram não assistir junto, geralmente por falta de tempo. O restante não respondeu. Geralmente assistem a desenhos (70%), programas infantis (22%) e filmes (8%).

Para dar o atendimento às crianças, 76% das mães contam com a ajuda de alguém, seja filhos, parentes ou alguma pessoa paga para isto e apenas 24% realizam seu trabalho sozinhas. Verificou-se que 65% das crecheiras não saem com as crianças do lar, por falta de condições, seja de tempo ou de lugar para ir. As demais (35%) levam as crianças ao supermercado, ao banco, à praça, para passear na rua, a alguma festinha, fora do portão para tomar sol, à praia nas férias ou à casa de algum parente.

As crianças costumam brincar bastante entre elas, ou com os filhos maiores da crecheira ou com algum adulto e 64% das mães disseram que brincam e conversam com as crianças, mas algumas (18%) afirmaram não ter tempo para isto. As crecheiras informam que têm brinquedos em casa (70%) ou as crianças trazem de sua casa (30%). Entre os brinquedos destacam-se a boneca, carrinhos, aviões e a bola. Apenas 18% das mães se referiram ao uso da sucata para a recreação. O mais frequen-

te é a brincadeira de casinha (53%), vindo a seguir os jogos de bola (47%) e outros como esconde-esconde, roda, correr, pegar, dançar e brincadeiras com terra e água, de imitação de personagens, cantar, recitar, etc.

A maioria das informantes (71%) disse que as crianças gostam de histórias. Algumas crecheiras (20%) revelaram nunca ter contado e outras (9%) disseram que não sabem se as crianças gostam de histórias. Quanto ao tipo de histórias predileto, a grande maioria (59%) não respondeu ou não soube informar, enquanto 26% das mães disseram ser Conto de Fadas, 12% disseram ser de animais e 3% se referiram a histórias religiosas. Em geral, quem conta as histórias é a crecheira ou seus filhos maiores. Às vezes, as crianças as escutam em discos ou na TV ou as vêem nos livros e revistas. Todavia, 44% das mães revelaram que ninguém conta histórias para as crianças.

Muitas informantes declararam que às vezes as crianças brigam. Neste caso as crecheiras as colocam de castigo (29%) sentadas perto dela, ou voltadas para a parede com as mãos para cima ou sem ver TV. Às vezes conversam com as crianças e explicam que elas devem se dar bem (29%), ou as separam, as repreendem e as distraem com outras coisas (24%) ou tentam aproximá-las (9%). Por outro lado, 35% das crecheiras disseram que as crianças costumam muito a brigar ou não brigam.

Quanto aos aspectos psicopedagógicos, o programa parece vir falhando consideravelmente. De um lado, é altíssimo o percentual de crianças que vêem TV (85%), muitas delas sem a companhia de adultos e, portanto, sem alguém que discuta com elas os programas. O que acontece é que se tenta baratear o atendimento, mas se sobrecarrega a crecheira que precisa, entre outras coisas, descobrir formas para ocupar as crianças e geralmente força a assistência, por longas horas, de programas de TV quase sempre pouco adequados à clientela infantil.

Além disto, a FEBEM não oferece brinquedos, nem jogos pedagógicos, não há praças para recreação perto dessas creches e não há orientação às mães sobre estimulação. Algumas informaram até mesmo que não têm tempo para brincar e nem contam histórias, se bem que a maioria não atende às crianças sozinha, mas conta com a ajuda de alguém. Deve-se ter presente que o contar histórias não deve estar sendo entendido como algo que tem uma função extremamente educativa, mas apenas um passatempo ou coisa sem valor. Quando as crecheiras dizem que as crianças gostam de histórias mas elas não sabem quais, ou de que tipo, é bem provável que estejam querendo informar que isto não é importante, e a prova é que elas não acham tempo para esta tarefa.

É curioso que a maioria das crecheiras informa ter brinquedos em sua casa, enquanto 30% delas dizem que a própria criança traz os seus. Conhecendo-se o baixo nível econômico dessas famílias, a pequena remuneração pelo trabalho da crecheira, bem como sabendo-se do relativo alto custo desse material, pode-se imaginar que a qualidade e a quantidade dos brinquedos usados pela criança deixem a desejar. Todavia, poderiam estar sendo usados jogos e brinquedos criativos, feitos de sucata, o que parece que não vem ocorrendo.

Pode-se dizer que a FEBEM não investe no aspecto educativo dos Lares Vicinais, já que não há orientação às mães sobre a estimulação, não são oferecidos recursos pedagógicos (principalmente jogos e brinquedos) e a crecheira não conta com a ajuda de alguém especializado em educação infantil, nem mesmo em recreação. Todavia, este é um de seus objetivos básicos, conforme documento do MPAS (Brasil/MPAS, 1983, p. 22).

Em relação a eventuais inspeções nas casas, por parte da FEBEM, 62% das mães informaram ter sido feita. Já quanto a benfeitorias, apenas 18% receberam alguma, 18% não receberam, 35% nunca pediram e o restante não respondeu ou não foi ouvido a respeito.

Quando consultadas sobre o que estaria faltando para que seu trabalho fosse melhor, as crecheiras responderam: dinheiro (50%) já que o salário que recebem é muito baixo, às vezes atrasado e não permite oferecer algo melhor às crianças; rancho maior, mais diversificado e em dia (44%); compreensão e cooperação da família da criança (41%); roupas, agasalhos e brinquedos para as crianças (29%); benfeitorias nas casas (18%); está bom assim (18%) e direito a férias (6%). Outras informantes não souberam dizer (26%).

Constatou-se ainda que 62% dessa amostra disseram não sentir falta de orientação para seu trabalho já que têm muita experiência no trato com crianças ou já recebem alguma ajuda da FEBEM ou do Posto de Saúde. Uma parcela bem menor (29%) gostaria de receber orientação, algumas sobre a parte nutricional, especificamente, como preparar os alimentos com economia e outras sobre os cuidados com as crianças, principalmente no que se refere a aspectos aqui classificados como cognitivos e sócio-afetivos. Neste sentido 62% das mães lembraram que não há condições de recreação para as crianças na vila, porque não há praças perto ou há alguma mas com poucos brinquedos.

Finalmente, quando consultadas sobre o conselho que dariam a alguém que estivesse pensando em cuidar de crianças, 12% das mães não recomendariam porque exige muito e não traz recompensa econômica. Uma delas (3%) não respondeu. Todavia, as demais (85%) lembraram as inúmeras razões pelas quais este trabalho deve ser feito e, além disto, sugeriram a importância do estar consciente, saber cuidar de crianças, ter muita paciência e amor.

O que transparece nas entrevistas é que realmente o aspecto psicopedagógico é o menor enfatizado no programa. Dar comida e atendimento à saúde são as tarefas principais. Confirma este ponto de vista a resposta de 62% das mães quando disseram não sentir falta de orientação para seu trabalho pois já têm muita experiência no trato com crianças. As mães que gostariam de receber orientação (29%) se referem ao aspecto nutricional e uma minoria fala nos aspectos cognitivos e sócio-afetivos da criança.

Por outro lado, elas não evidenciam ter consciência de que a orientação psicopedagógica lhes seria importante, pois ao falarem sobre o que estaria faltando para que seu trabalho fosse melhor, ninguém solicitou uma ajuda neste sentido. Sabe-se, por exemplo, que muitas mães desconhecem a importância do contato físico com a criança, do valor do carinho, do brinquedo, da conversa

e das histórias e acham que mesmo não tendo oferecido isto a seus filhos — o que não lhes fez falta, segundo elas — sabem cuidar de crianças. Ao que parece, esta idéia vem sendo aceita por organizadores de creches domiciliares, pois o documento do MPAS (Brasil/MPAS, 1983) lembra que apenas um desses programas está oferecendo atendimento às áreas cognitiva, afetiva e psicomotora da criança. Entretanto, as atividades de estimulação deveriam ser basicamente educativas e, portanto, destinadas a todas as crianças, podendo ser ainda de cunho terapêutico para umas e preventivo para outras. Além disto, deve ser dado muito mais ênfase ao papel do afeto que não pode ser substituído por nenhuma outra técnica.

Aqui caberia uma ação mais direta e eficiente da FEBEM já que em geral os programas internacionais (Escolas de Banco, Projeto Pais e Filhos, por exemplo), bem como alguns nacionais (PRÓ-CRIANÇA, em Santa Catarina, é um exemplo) consomem boa parte de seu tempo na orientação da comunidade para o desempenho de atividades educativas, particularmente a estimulação integral da criança. É preciso que se entenda a participação comunitária não como uma forma de se obter mão de obra barata, mas como um direito que a comunidade tem de conhecer, discutir e decidir sobre questões que a ela se referem, inclusive sobre seu desenvolvimento econômico, social, educacional, etc. Aliás, essa mesma comunidade conta com uma boa parte de mães que não trabalham fora e que não deveriam ser excluídas dos benefícios de uma orientação psicopedagógica, entre outros.

Todavia, com toda a precariedade dessas creches domiciliares, a maioria das crianças se acostuma fácil ao novo lar e algumas chegam a não querer ir embora. Além disto, tratam a crecheira como membro da sua família, chamando-a de tia, mãe ou avó, e levam uma vida normal nesses lares no que se refere à alimentação e brincadeiras.

Com base nas entrevistas realizadas com as mães de origem, constatou-se que elas têm de 1 a 7 filhos, sendo que a grande maioria (75%) tem no máximo dois. A idade dos filhos varia de 2 meses a 16 anos, sendo que 80% deles se situam na faixa abaixo de 8 anos. Dos que responderam a esta questão, são poucos os casos em que a mãe ou o pai são analfabetos (19%) e boa parte têm até a 5ª série (51%) e outros chegaram até a 8ª série (30%). As profissões que desempenham são as mais simples e se limitam quase que exclusivamente ao serviço doméstico ou de limpeza.

Os filhos dessas mães freqüentam os lares vicinais relativamente há pouco tempo, em média cerca de 10 meses. As informantes declararam que se não trabalhassem fora não deixariam os filhos aos cuidados de outrem (96%). Apenas uma (4%) deixaria, para que o filho tivesse mais contato com outras crianças. Todavia, podendo escolher, 56% das mães de origem prefeririam os lares vicinais, em geral, pelo tipo de atendimento, por ser mais perto, pelo baixo custo para elas, pela facilidade de contato com a crecheira; 20% optariam pelas creches convencionais, principalmente porque "eles ensinam de tudo e a criança vai aprendendo a ler". Algumas mães (16%) mostraram-se indiferentes, 4% não escolheriam nenhum deles e 4% não responderam.

As mães foram quase unânimes em considerar o atendimento nos lares "bom" (96%) uma vez que lá as crianças são bem cuidadas. Em geral, estão satisfeitas com o procedimento da creche no que se refere ao trato com as crianças, com a alimentação e com os horários e vêem nisto um meio de elas poderem continuar trabalhando fora, com certa tranquilidade.

É interessante salientar que embora 96% dessas mães considerem bom o atendimento dado nas creches domiciliares, esse mesmo percentual declara que, se não trabalhasse fora, não deixaria os filhos aos cuidados de outrem. Além disto, entre os lares vicinais e as creches convencionais, a maioria prefere os primeiros, já que se trata de uma forma mais pessoal de atendimento, com certa flexibilidade nos horários, pela proximidade de suas casas e pelo baixo custo para as mães.

Todavia, o grande valor atribuído à creche convencional é que ela, de alguma forma, se aproxima de uma escola e pelo menos inicia o processo de alfabetização, que não deixa de ser o objetivo mais almejado, sobretudo nas classes baixas. A pré-escola passa a ser quase uma garantia de conseguir vaga na escola de 1º grau, além de poder assegurar êxito na mesma.

Entre as mães que consideram bom o atendimento dos lares, 40% delas, todavia, apresentam algumas queixas, destacando-se os problemas relacionados à higiene. Acham, ainda, que as crecheiras deveriam colocar a criança de castigo, quando necessário, conversar com as crianças explicando-lhes porque não devem fazer certas coisas, não bater nelas e comunicar às mães de origem o que seu filho fizer de errado.

Entre as sugestões que apresentam, destaca-se a idéia de ter uma pessoa para trabalhar só com as crianças (20%) ensinando-lhes a se comportarem, preparando-as para o ingresso na escola e brincando com elas. Lembram ainda a necessidade de maior quantidade e variedade no rancho (12%), mais assistência da FEBEM para com as mães de origem e as crecheiras (12%), mais observações sistemáticas da FEBEM nos Lares Vicinais (12%), um médico para visitar as crianças (12%), abrir os lares aos sábados (8%) fazer palestras para as mães sobre nutrição, higiene, etc. (8%) e outras sugestões (16%).

Quando consultadas sobre o que gostariam de saber a respeito da "educação de crianças", 36% das mães de origem disseram não saber, 36% se preocuparam com o como tratar os filhos, especialmente na área sócio-emocional, 16% delas responderam "nada" e 12% das mães não responderam.

No que diz respeito à higiene da criança, as mães reclamam que seus filhos voltam com roupas sujas para casa e sem banho. Há que se lembrar aqui que, além do número de crianças atendidas pela crecheira ser um pouco alto, nem sempre elas obtêm as benfeitorias que precisam em seus lares, chegando mesmo a enfrentar freqüente falta de água. Outro aspecto é que no rancho não está incluído material de higiene e limpeza e também não há acordo entre as mães para ser feita a lavagem das roupas pela crecheira.

Outro ponto que reclamam é quanto à disciplina. Acham que as crecheiras não devem surrar as crianças, mas sugerem o castigo, quando necessário. Esta é uma questão que precisa ser muito bem discutida com as

mães de origem, as crecheiras e a assistente social ou um educador, ao lado de outros aspectos ligados ao desenvolvimento cognitivo e sócio-emocional das crianças.

As mães de origem mostram-se bem lúcidas no que se refere ao atendimento a ser dado nos lares. Chegam a sugerir a presença de uma pessoa só para brincar e orientar as crianças. Esta é uma idéia que mereceria maior atenção por parte da FEBEM ou até de Universidades e Escolas que poderiam instituir o sistema de monitoria entre seus alunos, com vistas a beneficiar as crianças através de uma recreação bem conduzida.

Essas mães nem sempre explicitam o que gostariam de saber a respeito de educação de crianças, porém mais de um terço delas se preocupam com o tratamento a ser dado aos filhos. Neste particular é preciso que elas recebam toda a orientação necessária à continuidade de um eventual programa de estimulação da criança que venha a ser efetuado em creches.

Apesar de todos os problemas constatados através das entrevistas com as crecheiras e as mães de origem, a creche domiciliar é uma modalidade de atendimento que merece investimento econômico e educacional, pelo que ela pode representar de vantagens para a criança, para os pais e também para a crecheira. Para esta última pode significar uma pequena fonte de renda, sem sair de casa; para os pais, uma segurança de que seus filhos estarão sendo atendidos enquanto trabalham fora, e para a criança, além de ficarem assegurados os cuidados mínimos de que necessita, entre outras vantagens, uma é que se propicia maior interação entre crianças de idades diferentes, em que os mais velhos convivem, ensinam e estimulam os mais novos, num clima familiar, natural e de certa forma afetivo e saudável. Outra vantagem é que as crianças portadoras de deficiências físicas e certas doenças também são mais facilmente aceitas nas creches domiciliares.

A ânsia por uma solução de baixo custo tem levado certos organismos que mantêm as creches domiciliares a uma ilusão de que estas requerem pouco ou nenhum investimento. É bem verdade que não se deve ter a pretensão de realizar um bom trabalho de atendimento ao pré-escolar com um custo artificialmente baixo.

Essas experiências devem ser avaliadas para se verificar em que devem ser melhoradas, que aspectos estão sendo sacrificados e que soluções devem ser propostas. No presente estudo, por exemplo, fica clara, de um lado, a necessidade de se investir no aspecto educacional do trabalho das crecheiras e mães de origem, e, por outro lado, a necessidade de entrosar as várias modalidades de atendimento à criança, tanto no que se refere a instalações, material e equipamentos disponíveis, quanto no aspecto de formação de recursos humanos, já que todas visam à mesma finalidade.

Enfim, a creche domiciliar, com todas as desvantagens que possa apresentar, ainda poderia ser considerada uma boa solução para as crianças carentes. Mesmo que o custo desta modalidade seja aproximado ao das creches convencionais, o que provavelmente não ocorre, parece que é de se mantê-la, desde que sejam modificados e/ou melhorados alguns aspectos significativos de sua estrutura e de seu funcionamento, como por exemplo:

1) treinar as crecheiras para oferecer estimulação sistemática às crianças. Neste sentido, sugere-se o funcionamento urgente e generalizado em todos os programas, de um sistema de monitores pedagógicos os quais usariam brinquedos e jogos, aproveitando principalmente material de sucata, e proporem múltiplas atividades para a estimulação integral da criança. Uma alternativa seria o monitor fazer visitas periódicas, se possível diárias, em cada lar, orientando individualmente cada mãe; outra seria a de reunir um grupo de mães (no Posto de Saúde ou no Centro Comunitário, por exemplo) e discutir com elas o que é, porque fazer e como fazer a estimulação, enquanto uma outra pessoa se ocuparia de todas as crianças dessas creches domiciliares, recreando-as. Uma terceira alternativa seria utilizar este sistema nos lares, em horários pré-estabelecidos, e enquanto o monitor brinca e estimula as crianças, a crecheira teria um horário de descanso. A desvantagem aqui é que ela não participaria e deveria ser treinada em outro horário, já que a crecheira é que fica a maior parte do tempo com a criança.

Quanto ao treinamento de crecheiras, deve ser muito bem pensado o conteúdo a ser dado, bem como o método, o material e a linguagem a serem utilizados. Considerando o nível sócio-econômico desta clientela, geralmente de baixa escolaridade, bem como as inúmeras dificuldades materiais que em geral se tornam prioritárias para essas mães, há que se usar recursos que as motivem a pensar no aspecto educacional das crianças e que lhes assegurem uma verdadeira aprendizagem. Uma experiência vem sendo feita em Santa Catarina (Seminário Regional de Tubarão, 1984) utilizando como referência básica para a área de estimulação, o material de Bonamigo e outros (1983), inclusive na zona rural, e ao que se sabe, com excelentes resultados. Para atingir essa clientela, sugere-se melhor aproveitamento de programas de TV, rádio, jornal e folhetos com o objetivo de comunicar conhecimentos sobre a educação infantil.

2) promover encontros freqüentes das crecheiras entre si e destas com uma equipe de orientação, com vistas a uma troca de experiências, ajuda mútua no aperfeiçoamento pessoal e principalmente para que suas necessidades, problemas e aspirações viessem à tona e fossem

levadas ao conhecimento dos dirigentes do programa. Igualmente deve ser pensada a possibilidade de as crecheiras serem "multiplicadoras" para outras crecheiras e mães de origem;

3) construção de praças, parques infantis e centros de lazer, próximos às creches, e incentivo de seu uso pelas crecheiras e monitores, bem como por toda a comunidade;

4) integração de outros membros adultos da família e/ou da vizinhança (tios, avós, filhos mais velhos) na tarefa de atendimento às crianças e organização de material educativo com uso de sucata, com alguma remuneração específica aos colaboradores;

5) uma outra sugestão seria testar a viabilidade de um atendimento que combine as vantagens da creche domiciliar e da convencional. Para isto, assegurar uma instalação pouco onerosa, mas satisfatória, e a participação remunerada de bom número de pessoas da comunidade, procedentes da mesma cultura das crianças e devidamente ajustadas e orientadas em especial para a tarefa de estimulação.

Duas tentativas deveriam ser feitas simultaneamente:

a) dotar as creches convencionais de um atendimento mais familiar, mais pessoal, mais afetivo, mais próximo da realidade das crianças nelas atendidas e com estímulos mais significativos para elas;

b) tornar as creches domiciliares mais equipadas com material pedagógico; dar garantia de boa alimentação e estimulação; melhorar as condições pessoais das crecheiras, profissionalizando mais seus serviços; assegurar a qualidade do atendimento sem onerar acentuadamente os custos, mas procurando investir razoavelmente nesta modalidade de trabalho; procurar uma solução que pode ser de menor custo do que as alternativas convencionais, mas que nem por isto exija sacrifício da qualidade.

Concluindo, a creche domiciliar não pode ser encarada como a única alternativa, nem a melhor, mas como uma das formas utilizadas no atendimento da criança de 0 a 6 anos, que requer toda a atenção de seus organizadores, bem como deve ser acompanhada, apoiada e orientada por estudiosos, cientistas sociais e órgãos públicos e particulares que nela devem investir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARACAJU. Prefeitura. Secretaria da Educação e Cultura. *Opção informal na pré-escola*. Aracaju, 1981.
- BOIANOVSKY, D.L. *Cuidados primários e crianças em idade pré-escolar através de creches domiciliares*. Brasília, Secretaria da Serviços Sociais do Governo do Distrito Federal, 1981.
- BONAMIGO, E.M.R. Importância da educação pré-escolar no rendimento da criança de 1ª e 3ª séries do 1º grau. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 32: 169-183, 1980.
- BONAMIGO, E.M.R.; CRISTOVÃO, V.M.R.; KAEFER, H. & LEVY, B.W. 2. ed. *Como ajudar a criança no seu desenvolvimento: sugestões de atividades para a faixa de 0 a 5 anos*. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1983.
- BRALIC, E. S. & LIRA, L.M.I. *Experiencias tempranas y desarrollo infantil*. Santiago do Chile - Ministerio de Salud, 1977.

- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. *Experiências de atendimento ao pré-escolar*. Brasília, 1981.
- BRASIL, Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Assistência Social. *Propostas para o atendimento a crianças carentes de 0 a 6 anos de idade*. 2. ed. Brasília, MPAS/SPR, 1983.
- CHAVES, N. *Sistema nervoso, nutrição e educação*. São Paulo, Pioneira, 1974.
- DIDONET, V. A participação das mães como fator de qualidade nos serviços de atendimento ao pré-escolar. *Textos sobre Educação Pré-Escolar*. Brasília, MEC/SE, 1981.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. *Educação pré-escolar no Distrito Federal, 1980/83*.
- GÓMEZ, A.A.; PÉREZ, L.D.; ROSSO, G.P.; MÉNDEZ, D.R. & RODRIGUEZ, C. R. *Desarrollo comunitario y mejoramiento de servicios sociales en la Zona Sur - Oriental de Cartagena*.

Colombia: evolucion de la experiencia y algunas de sus implicaciones. México, E/ICEF/LATAM, 1979.

HAEUSSLER, P.A.I.M. *Programas de estimulación temprana para niños entre cero y dos años*. Santiago do Chile - Ministerio de Saúde, 1977.

MARINHO, H. *Estimulação essencial*. MEC, CENESP, 1978.

MONTENEGRO, H.; CORREA, D.; GALLARDO, I.; GUERRERO, F.; LARRAÍN, C.; HURTADO, R. & BARRIOS, M. Como pueden los adolescentes de una comunidad ayudar a los niños sin oportunidades pre-escolares. *Educacion Hoy*, 42:43-50, 1977.

PEMJEAN, A.; MONTENEGRO, H.; MARCON, J. & DANIELS, G. Privación sensorial: un programa preventivo intracomunitario para preescolares de clase obrera urbana. *Acta Psiquiat. Amer. Lat.* (19): 109-117, 1973.

ROTTA, N.T. *Avaliação neurológica evolutiva, eletroencefalográfica e psicológica em crianças com rendimento escolar deficiente*. Fundação Faculdade Católica de Medicina, Porto Alegre, 1975. (Tese de Livre Docência).

SANTA CATARINA. Governo. *PRÓ-CRIANÇA. Documento básico*. Florianópolis, 1983.

SEMINÁRIO REGIONAL TUBARÃO, 3. *Relatório*, São Ludgero, 1984. mimeo.

TORO, J.B.; ALVAREZ, F.; RODRIGUEZ, M. & ARISTIZABAL, A. El desarrollo del niño através de la familia y la comunidad. *Educacion Hoy*, 42:87-101, 1977.

WHELAN, G.; FILP, J.; MARTINIC, S.; TORRES, L.; BASTIAS, M. & ZULETA, J. Un programa de educación familiar y comunitaria para el desarrollo del niño rural en Chile. *Educacion Hoy*, 42:19-31, 1977.

ANEXO 1

ESTUDO DE CASO Nº _____

ENDEREÇO: _____
NOME: _____

- 1) A senhora cuida de crianças. Quanto tempo faz que a senhora faz este trabalho?
- 2) Quantas crianças atende?
- 3) A que horas chegam aqui? A que horas saem?
- 4) A senhora cuida sozinha das crianças ou mais alguém a ajuda? Quem?
- 5) O que as crianças fazem durante o dia? Conte como é seu dia a dia com essas crianças?
- 6) As crianças brincam muito? Com quem brincam? Tem gente grande por perto delas quando brincam?
- 7) A senhora brinca junto ou costuma ficar só tomando conta, reparando? As crianças aqui se dão bem ou brigam muito?
- 8) Com que elas brincam? Tem algum material para elas brincarem? Elas trazem algum brinquedo de casa?
- 9) Que tipo de brincadeiras as crianças gostam mais?
- 10) Por que a senhora resolveu receber essas crianças?
- 11) Quando as crianças vêm para cá elas se acostumam logo? As crianças gostam da senhora? Choram Muito?
- 12) A senhora tem filhos?
 - Seus mesmos?
 - De criação?
 - Qual o sexo?
 - Qual a idade?

- Quantos moram com a senhora?
- Quem mais mora nesta casa?
- Quem sustenta a casa?
- Mais alguém ajuda?
- Em que trabalham?
- Alguém sabe ler na família?
- Quem?
- E escrever?
- Quem?

- 13) Estas crianças têm irmãos? Quantos? Que idade?
- 14) Em que trabalham os pais dessas crianças?
- 15) Em que lugar da casa as crianças costumam ficar aqui?
- 16) A senhora sai alguma vez com eles? Onde?
- 17) A senhora sabe se as crianças gostam de estórias?
- 18) Alguém conta para elas?
- 19) Qual estória elas gostam mais?
- 20) A senhora ou algum vizinho tem TV? As crianças assistem? Sim, por quê? Não, por quê?
- 21) Que programas costumam ver?
- 22) A senhora já sentiu algum problema nestas crianças? Acha que alguma delas está atrasada (para falar, andar)?
- 23) O que a senhora faz ou acha que deveria ser feito para essas crianças?
- 24) Quantas vezes (número de refeições) a criança come na sua casa?
- 25) O que elas costumam comer?

- 26) O que recebe de rancho? O que costuma comprar além disto? É suficiente o que dão? A família ajuda?
- 27) Recebe alguma orientação sobre a preparação da comida? De quem?
- 28) Há crianças que usam fraldas? Quem lava essas fraldas?
- 29) As que não usam fraldas, vão ao banheiro sozinhas?
- 30) Quando a criança está doente ela vem?
- 31) Se ela precisar, quem a leva ao Posto?

- 32) Na sua prática com a criança, a senhora já reparou o que está faltando para seu trabalho ser melhor ainda?
- 33) Qual o maior problema que a senhora tem encontrado neste tipo de trabalho?
- 34) A senhora sente falta de algum tipo de orientação para seu trabalho? O que, por exemplo?
- 35) Se a senhora soubesse de alguém que está pensando em cuidar de crianças assim, que conselho a senhora daria?

ANEXO 2

ENTREVISTA MÃE DE ORIGEM Nº _____

- 1) O que acha do atendimento dos lares vicinais?
- 2) Com o que está satisfeita? O que não lhe agrada?
- 3) Na sua opinião, o que deveria ser diferente?
- 4) Se não trabalhasse, colocaria os filhos nos lares ou nas creches? Por quê?
- 5) O que gostaria de saber sobre educação de crianças?

- 6) Que sugestões pode dar para que esse trabalho seja melhor?
- 7) Se tivesse que escolher entre o lar e a creche, qual preferiria? Por quê?

NOME: _____

ENDEREÇO: _____